



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA
COLEGIADO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

MÁRNEY GIOVANE DA SILVA OLIVEIRA

**A COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO SATERÉ-MAWÉ EM
PARINTINS-AM**

PARINTINS/AM

2023

MÁRNEY GIOVANE DA SILVA OLIVEIRA

**A COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO SATERÉ-MAWÉ EM
PARINTINS-AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Administração do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Professora MSc. Silvane Mascarenhas de Almeida

PARINTINS/AM

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Oliveira, Márney Giovane da Silva
O48c A Comercialização do artesanato Sateré-Mawé em Parintins-AM /
Márney Giovane da Silva Oliveira . 2023
42 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Silvane Mascarenhas de Almeida
TCC de Graduação (Administração - Parintins) - Universidade
Federal do Amazonas.

1. Artesanato indígena. 2. Comercialização. 3. Sateré-Mawé. 4.
Parintins. I. Almeida, Silvane Mascarenhas de. II. Universidade
Federal do Amazonas III. Título

MÁRNEY GIOVANE DA SILVA OLIVEIRA

**A COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO SATERÉ-MAWÉ EM
PARINTINS-AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Administração do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Professora MSc. Silvane Mascarenhas de Almeida

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em: 24/02/2023, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Amazonas, campus Parintins.

BANCA EXAMINADORA

Presidente (Orientadora): Prof.^a MSc. Silvane Mascarenhas de Almeida - Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia.

Membro: Prof. Dr. Francisco Alcicley Vasconcelos Andrade - Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia.

Membro: Prof. MSc. Jean Reis de Almeida - Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela minha vida e por me guiar em todos os momentos, inclusive, nessa jornada acadêmica, que foi pontilhada de obstáculos.

Aos meus familiares e amigos que, ao longo desse caminho, permaneceram me dando a força, o apoio e a ajuda que tanto precisei, contribuindo fundamentalmente para a realização deste trabalho.

Aos professores Dr. Francisco Alcicley Vasconcelos Andrade e MSc. Silvane Mascarenhas de Almeida cujos conselhos, correções e paciência foram imprescindíveis para que eu melhorasse, cada vez mais, meu desempenho acadêmico e alcançasse resultados que refletem essa melhoria.

RESUMO

Esta pesquisa se insere nos debates sobre a transformação dos artefatos indígenas em bens de consumo para a sociedade não-indígena, abordando o caso do artesanato da etnia Sateré-Mawé que é vendido na cidade de Parintins-AM pelos próprios indígenas e também por comerciantes urbanos. O objetivo geral foi examinar a inserção do artesanato Sateré-Mawé na rede comercial de Parintins, ressaltando o modo como tem se dado a gestão da venda desses produtos pelos indígenas que vivem na cidade. Já os objetivos específicos foram descrever os principais aspectos históricos e culturais dos indígenas Sateré-Mawé no município de Parintins, especificar os artefatos produzidos pela comunidade Sateré-Mawé e que são destinados ao comércio fora da aldeia, identificar os espaços e situações que, no contexto parintinense, são propícios ao comércio dos artefatos Sateré-Mawé e conhecer o papel dos indígenas Sateré-Mawé na dinâmica de comercialização de seus produtos na cidade. Em termos de metodologia, a pesquisa foi conduzida pelo Método Dedutivo, o que permitiu a realização do levantamento bibliográfico, que priorizou a leitura e a análise de livros e artigos científicos, a exemplo de Romano (1982), Lorenz (1992), Silva (2011) e Teixeira (2005), e trabalhos acadêmicos originados de congressos e seminários e que se encontram disponibilizados na internet, a exemplo de Anselmo Filho *et al.* (2016) e Rocha (2016), além de pesquisas de campo, com observações *in loco* e conversas informais com comerciantes não-indígenas que negociam artefatos dos indígenas Sateré-Mawé em lojas, mercados, feiras e com o indígena responsável pela Casa de Transição Indígena e que confecciona e vende os produtos na loja de artesanato anexada à casa. Constatou-se que a comercialização do artesanato Sateré-Mawé, pelo que se observa em Parintins, conta com a participação de diferentes agentes, ambientes de circulação, consumidores e negociações. Uma parte desse processo se mantém sob controle dos indígenas, a outra pelas pessoas que compram seus produtos para revenda, de maneira informal (vendedores ambulantes e camelôs) ou formal (lojas e mercados). No caso da venda feita pelos Sateré-Mawé, nota-se uma inserção relativa no circuito comercial local, que tem sua maior expressão nas vendas feitas na loja/atelier da Casa de Transição Indígena, onde as famílias hoje residem. Os demais pontos de venda não são fixos e são oportunizados pelas festas que ocorrem em Parintins, o que impede que a comercialização fora da Casa de Transição Indígena ganhe regularidade e gere uma renda expressiva.

Palavras-chave: Artesanato indígena; Comercialização; Sateré-Mawé; Parintins.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper is part of the debates on the transformation of indigenous artifacts into consumer goods for non-indigenous society, addressing the case of Sateré-Mawé artifacts that are sold in the city of Parintins-AM by the indigenous themselves and also by urban traders. The general objective was to examine the insertion of Sateré-Mawé artifacts in the Parintins commercial network, highlighting the way the sale of these products has been managed by the indigenous living in the city. The specific objectives were to describe the main historical and cultural aspects of the Sateré-Mawé indigenous people in the municipality of Parintins, specify the artifacts produced by the Sateré-Mawé community and which are destined for commerce outside the village, identify the spaces and situations that, in the context of parintinense, are conducive to the trade of Sateré-Mawé artifacts and to know the role of the Sateré-Mawé indigenous people in the dynamics of commercialization of their products in the city. In terms of methodology, the research was conducted using the Deductive Method, which allowed for a bibliographical survey that prioritized the reading and analysis of books and scientific articles, such as Romano (1982), Lorenz (1992), Silva (2011) and Teixeira (2005), and academic works originating from congresses and seminars and which are available on the internet, such as Anselmo Filho *et al.* (2016) and Rocha (2016), in addition to field research, with on-site visits and informal conversations with non-indigenous traders who trade artifacts of the Sateré-Mawé indigenous people in stores, markets, fairs and with the indigenous person responsible for the Indigenous Transition House and who makes and sells the products in the handicraft shop attached to the house. It was found that the commercialization of Sateré-Mawé artifacts, as observed in Parintins, has the participation of different agents, circulation environments, consumers and negotiations. Part of this process remains under the control of the indigenous, the other by people who buy their products for resale, informally (street vendors and street vendors) or formally (shops and markets). In the case of the sale made by the Sateré-Mawé, there is a relative insertion in the local commercial circuit, which has its greatest expression in the sales made in the Indigenous Transition House store/workshop, where the families now live. The other points of sale are not fixed and are opportune by the events that take place in Parintins, which prevents marketing outside the Indigenous Transition House earn regularity and generate a significant income.

Keyword: Indigenous artifacts; Commercialization; Sateré-Mawé; Parintins.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cesto Jamanxim	14
Figura 2 – Cocar Xikrin	16
Figura 3 – Cerâmica assurini	17
Figura 4 – Cestos baniwa.....	18
Figura 5 – Casa de Transição Indígena	27
Figura 6 – Peneiras e <i>tipitis</i> vendidos como artesanato em feiras	29
Figura 7 – Colares, pulseiras, brincos e anéis vendidos em mercados e lojas de artesanatos	29
Figura 8 – Interior da Casa de Artesanato Indígena	31
Figura 9 – Artesanato indígena sendo vendido na Praça Eduardo Ribeiro, antes da reforma	33
Figura 10 – Feira de Artesanato Indígena do Amazonas em Parintins	34
Figura 11 – Praça Tenreiro Aranha, antes da reforma	37

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	OBJETIVOS	10
1.1.1	Objetivo geral	10
1.1.2	Objetivos específicos	11
1.2	JUSTIFICATIVA.....	11
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	12
3	METODOLOGIA	24
4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

A comercialização dos artefatos indígenas, sua transformação em bens de consumo para o público em geral, vem se fixando como um tema de grande interesse no meio acadêmico, estimulando a elaboração de artigos, livros, trabalhos de conclusão de cursos, palestras, entrevistas, seminários, documentário, entre tantos outros produtos científicos.

As abordagens para a articulação dos artigos indígenas com o mercado de produtos comerciais são tão variadas quanto os próprios artefatos que os indígenas produzem para serem comercializados fora de suas aldeias. Por exemplo, é possível tratar dos espaços nos quais estes artefatos circulam, as mudanças que a comercialização gera no tipo e na qualidade dos produtos indígenas ou com o comportamento dos indígenas frente às exigências do mercado. Também é possível debruçar-se sobre a visão que os indígenas possuem das peças que confeccionam ou ainda discutir as alterações que a saída dos produtos das aldeias gera em seus propósitos e, sobretudo, significados iniciais.

Como se vê, existem várias maneiras de se analisar a questão da comercialização dos artefatos indígenas e todas conduzirão a um vasto campo de conhecimentos que, juntos, permitem a compreensão da articulação das sociedades indígenas com a economia mercantil.

A presente pesquisa se insere nesse contexto de debates sobre a transformação dos artefatos indígenas em bens de consumo para pessoas não indígenas, demonstrando preocupação com a maneira como tais artefatos são introduzidos no mercado de produtos comerciais.

Para que se tenha uma visão mais precisa dessa realidade, foi privilegiado aqui o caso dos artesanatos dos Sateré-Mawé, dando ênfase à sua relação com o comércio de Parintins, cidade do interior do Amazonas, que, a propósito, é o principal núcleo urbano para o qual os Sateré – e também membros de outras aldeias – se dirigem para resolver questões judiciais, de saúde, educação, dentre outras. Com essa escolha, pretende-se aproximar o estudo de outras pesquisas similares, que contemplam etnias diferentes e outros contextos e, ao mesmo tempo, criar um parâmetro para que outros estudiosos possam desenvolver suas reflexões sobre o tema.

A presente pesquisa está dividida da seguinte forma: no capítulo I, estão reunidas informações sobre a caracterização do artesanato dos indígenas brasileiros, numa perspectiva geral. São apresentadas noções, esclarecimentos sobre seus modos de produção, seu papel primeiro dentro da comunidade indígena e algumas informações sobre aqueles produtos de

maior aceitação no mercado urbano, como os artigos de arte plumária, de cerâmica, de madeira, de sementes e de fibras naturais.

No capítulo II, foi dada atenção à articulação do artesanato indígena com a economia mercantil, aproximando, assim, do objetivo principal. Tal parte do texto é iniciada com o envolvimento dos indígenas com o sistema econômico urbano, que se mostra antigo e se dá de diferentes formas, não apenas por meio da venda de artesanato. Segue-se falando sobre o papel do artesanato indígena como bem de consumo para pessoas não indígenas e descrevendo seu processo de circulação ao sair das aldeias, pontuando os lugares pelos quais costuma passar. Também é feita uma reflexão sobre o impacto da comercialização nos modos de produção do artesanato e no artesanato em si, mostrando que, ao lado dos ganhos, sobretudo, econômicos, os indígenas também acumularam prejuízos que, muitas vezes, não são considerados.

No capítulo III, há a tentativa de se deixar mais clara a articulação do artesanato indígena com a economia mercantil, examinando o modo como os indígenas Sateré-Mawé, que frequentam a cidade de Parintins, no Amazonas, lidam com a questão da venda dos seus produtos. Antes disso, são feitas algumas considerações sobre esta etnia, sua localização geográfica e os aspectos mais gerais de sua cultura até chegar à sua produção de peças artesanais. Em seguida, é mostrado como estes indígenas participam do mercado de bens de Parintins e como conduzem a comercialização de seu trabalho.

Nas considerações finais, constam algumas das constatações possibilitadas pelo término do percurso da pesquisa e pela análise dos dados coletados. Tais constatações não são, de modo algum, conclusões sobre o tema levantado e sim pontos de vistas que podem auxiliar outras pesquisas interessadas na articulação do artesanato indígena com a economia mercantil.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Examinar a inserção dos artefatos indígenas Sateré-Mawé na rede comercial de Parintins e a gestão da venda desses produtos na cidade parintinense.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Descrever os principais aspectos históricos e culturais dos indígenas Sateré-Mawé no município de Parintins;
- b) Especificar os artefatos produzidos pela comunidade Sateré-Mawé e que são destinados ao comércio fora da aldeia;
- c) Identificar os espaços e situações que, no contexto parintinense, são propícios ao comércio dos artefatos Sateré-Mawé;
- d) Conhecer o papel dos indígenas Sateré-Mawé na dinâmica de comercialização de seus produtos na cidade.

1.2 JUSTIFICATIVA

Existem algumas justificativas para a escolha da comercialização dos artefatos indígenas como tema de pesquisa e também para o destaque dado às peças dos indígenas Sateré-mawé que atuam em Parintins. A primeira delas diz respeito ao interesse pessoal do autor deste trabalho pelas questões indígenas, que foi despertado pela própria vivência na referida cidade, que tem favorecido o testemunho da participação de diferentes aldeias amazonenses na dinâmica urbana parintinense, inclusive, no seu comércio.

A segunda justificativa é o número reduzido de pesquisas sobre a comercialização dos artefatos indígenas, com foco nos produtores que residem ou simplesmente transitam na cidade de Parintins. Nesse sentido, os resultados deste estudo poderão contribuir para a compreensão do relacionamento que os indígenas da localidade estabelecem com o sistema de bens de consumo.

Por fim, a terceira e última justificativa se volta para o desenvolvimento de pesquisas que fazem referência às questões indígenas, já que isso acaba por reforçar a importância desses povos que tanto favoreceram a construção cultural, econômica, ambiental e social de Parintins e que, apesar da forte presença no cenário festivo do município, ainda precisam lutar pela manutenção de sua cultura, mesmo longe de suas aldeias, e por melhores condições de vida na cidade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Indígenas Sateré-Mawé: aspectos gerais

A população indígena Sateré-Mawé atualmente conta com 13310 indivíduos autodeclarados (IBGE, 2023). É uma das etnias mais importantes da região amazônica, apresentando forte presença e influência em várias de suas localidades, como nos municípios de Maués, Parintins e Barreirinha, na cidade de Manaus e nas Terras Indígenas do Andirá-Marau e Koatá-Laranjal, sem esquecer as áreas rurais não-indígenas das localidades citadas (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

“Sateré” significa lagarta de fogo e dá nome ao clã mais importante entre os que compõem essa sociedade, porque é de onde se originam os chefes políticos (tuxauas). Por sua vez, a palavra “Mawé” quer dizer papagaio inteligente e curioso e não é uma designação para clã. Ao longo do presente texto, tem-se empregado o termo “sateré-mawé”, justamente por ser a denominação que os próprios indígenas utilizam para sua identificação, embora, como assinala Lorenz (2007, p. 12), “já tenham sido chamados maooz, mabué, mangués, mangues, jaquezes, maguases, mahués, magués, mauris, mawés, maraguá, mahué, mangueses”.

Teixeira e Brasil (2005) escrevem que os Sateré-Mawé são originários de uma vasta área entre os rios Tapajós e Madeira, delimitado ao norte pelas Ilhas Tupinambaranas (no rio Amazonas) e ao sul pelas cabeceiras do rio Tapajós. Seu local de origem seria à margem esquerda do rio Tapajós, numa região sagrada para esse povo, de densa floresta e cheio de pedras.

O primeiro registro histórico do contato dos Sateré-Mawé com sociedades não indígenas foi registrado em 1669, com a fundação de missão jesuíta na Ilha Tupinambarana, atual Parintins. Por causa das guerras com os Mundurucu e Parintintim e o contato com os portugueses, os Sateré-Mawé perderam grande parte de seu território original (LORENZ, 1992).

Teixeira e Brasil (2005) destacam que, em 1835, lutando ao lado dos Mundurucu e dos Mura, como também de outras aldeias indígenas do rio Negro, os Sateré aderiram ao movimento cabano até que, em 1839, o conflito foi debelado. Segundo Lorenz (1992), em razão das epidemias, das lutas e das perseguições aos povos indígenas que combatiam ao lado dos cabanos, enormes áreas da Amazônia foram devastadas, fato que provocou os deslocamentos desses grupos populacionais de seus territórios ancestrais e um processo de despopulação.

Segundo relatos de viajantes, desde o século XVIII, o território dos Sateré vem sendo paulatinamente reduzido. Essa redução se deu a partir da chegada das tropas de resgate que penetraram grandes áreas da Amazônia; da implantação de missões jesuítas e carmelitas ao longo dos principais rios amazônicos; da busca desenfreada pelas chamadas drogas do sertão; com a exploração da borracha durante o século XIX e início do XX; e, por fim, da expansão econômica das cidades de Maués, Barreirinha e Parintins, no estado do Amazonas, e Itaituba, no estado do Pará, para o interior dos municípios, alocando fazendas, extraíndo pau-rosa, abrindo garimpos, dominando a economia indígena através de regatões (LORENZ, 1992, p. 18). As cidades de Maués, Parintins e Itaituba, inclusive, foram fundadas sobre restos de malocas dos Sateré-Mawé.

2.2. O artesanato indígena

As aldeias indígenas que ocuparam e ainda ocupam o território brasileiro construíram, ao longo dos séculos, um acervo de artefatos que hoje é reconhecido por sua amplitude e diversidade de tipos, técnicas, formas, matérias-primas e função. Esse acervo inclui objetos feitos de trançado (cestos, tipiti, redes, etc.), adornos produzidos com penas e plumas (cocares, brincos, tornozeleiras), artigos de madeira (remos, flecha, canoa, bichos em miniatura), de sementes (colares e pulseiras), de cerâmica (panelas, jarros, esculturas), de pedra (pontas de flechas e machados), entre tantos outros materiais extraídos da natureza e criativamente manipulados pelos indígenas.

Alguns dos textos consultados, como o de Silva (2011) e Pereira Gomes (2012), defendem que é muito antiga a presença dos objetos artesanais na vida das aldeias brasileiras, sobretudo, daqueles feitos com materiais mais duráveis, como argila e pedra, os quais conseguiram sobreviver à ação do tempo e de fenômenos da natureza, como a chuva, diferente dos objetos produzidos com materiais mais frágeis, como a plumária, fibras e madeira.

Os objetos indígenas contribuíram fortemente com a formação da cultura material da sociedade colonial que foi se formando no Brasil, a partir da chegada dos portugueses, em 1500. Muitas das realizações dos indígenas foram sendo absorvidas pelos colonos e incorporadas à sua vida cotidiana, onde permanecem, até hoje, especialmente por sua utilidade. É o caso da rede, da esteira e das panelas de barro, que, embora aparecendo com mais força em regiões do Norte e do Nordeste do país, hoje, são encontrados em praticamente todo o território brasileiro.

Há dois tipos de artesanato, o doméstico e o cerimonial, associados à vida diária e aos momentos festivos e ritualísticos, respectivamente. Segundo Rodrigues (1986, p. 64), no cotidiano, o empenho na busca e produção de alimentos nas matas, caças e pescarias, alterna-se com a produção de artefatos de uso doméstico: cestos, tipitis, potes de argila, redes de algodão, flechas, bancos e outros mais. E continua:

Essa produção obedece a normas e cuidados técnicos e simbólicos, mas é de domínio público e normalmente se materializa de acordo com as necessidades surgidas, com a disponibilidade de matéria-prima, submetendo-se, enfim, ao calendário da economia de subsistência. No tempo ritual, cessam as atividades cotidianas e tudo e todos empenham-se no que vem a ser em última análise a reatualização mítica dos fundamentos da sociedade humana, particular a cada povo indígena. Nestes momentos, os artefatos ganham refinamento e permeia-se de uma carga extraordinária de regras de confecção e atributos simbólicos, ao mesmo tempo que busca expressar-se de múltiplas maneiras: música, dança, canto, na parafernália ritual e nos ornatos (RODRIGUES, 1986, p. 64).

Durante séculos, a produção artesanal permitiu aos indígenas suprir demandas por artefatos e ferramentas que as auxiliassem nos afazeres cotidianos, de modo que foram aprimoradas técnicas para a produção de cerâmicas para armazenar alimentos e líquidos, a tecelagem para a elaboração de peças de vestuário e o entalhe para a criação de móveis e ornamentos e assim por diante. Além da funcionalidade dos objetos, cabe mencionar, como aspectos fundamentais do artesanato indígena, a disponibilidade de recursos naturais que possibilitam a sua produção e a preservação do imaginário coletivo e individual que oferecem traços únicos a cada produção, servindo como elemento de identificação dos seus produtores e, ao mesmo tempo, de diferenciação destes produtores em relação a outros grupos que fazem ou não uso das mesmas técnicas, materiais ou formas.

2.2.1. Artigos plumários

Autores como Costa (1976), Ribeiro (1983), Dorta (1986) e Ribeiro (1988) definem a arte plumária como sendo o processo de confecção de adornos corporais e objetos utilitários com penas, plumas e penugens, sendo essas as matérias-primas essenciais. No entanto, é frequente a combinação dessas com uma diversidade de outros materiais, como fibras, couro, tecidos, madeira, cipós, sementes, dentes e garras de animais, entre outros (figura 2).

Figura 2 – Cocar Xikrin



Fonte: Livro Xikrin: Uma Coleção Etnográfica (2011).

Os artesanatos plumários constituem uma produção variada e copiosa, ou seja, apesar de materializar-se em diferentes tipos de peças, com dimensões, combinações de cores e formatos diferentes, essas peças são sempre repetições de modelos conhecidos, chamados de tradicionais, pois são passados de geração a geração como padrões que devem ser seguidos. Em uso, os adornos corporais correspondem ao desejo de agradar a vista, de atrair sexualmente parceiros e de codificar a diferenciação social e étnica. Segundo Nicola (1982, p. 4), o indígena brasileiro adota em seus adornos o que de mais belo e vistoso existe em seu mundo, ou seja, penas, plumas e penugens das aves de tamanho, formas, texturas e cores diversas.

2.2.2. Cerâmica

Segundo Curado (2012), a cerâmica é o primeiro material sintético criado pela sociedade humana e é de enorme importância desde a época pré-histórica, com a produção de utensílios de uso diário e cerimoniais, até a época moderna, onde é empregada na fabricação de objetos de decoração, no ramo industrial, na indústria aeroespacial e até mesmo em aplicações médicas.

A cerâmica é produzida tradicionalmente por muitos povos indígenas, principalmente aqueles que habitam regiões de florestas. Trata-se, na verdade, de um produto de grande prestígio na cultura material dos indígenas brasileiros, que, embora muitos não reconheçam, informa seu avançado grau de desenvolvimento cultural (figura 3).

Figura 3 – Cerâmicas assurini



Fonte: Livro Xikrin: Uma Coleção Etnográfica (2011).

Cada povo tem uma técnica diferente para transformar o barro em peças utilitárias ou cerimoniais com uma diversidade de formas, texturas, cores e usos. Tradicionalmente, a produção da cerâmica, entre os povos indígenas que vivem no Brasil, é totalmente manual. E assim permanece até os dias atuais, apesar de todas as pressões a favor da “modernização” dos processos de produção.

A produção de artefatos cerâmicos pode ser considerada como arte essencialmente feminina, pois as mulheres não apenas fabricam as peças como são suas principais usuárias. É claro que o homem participa do processo, mas sua contribuição, muitas vezes, se restringe à coleta da matéria prima. Ou seja, a manipulação da argila para a produção das peças, a queima ou secagem ao sol e aplicação de sua decoração são tarefas que ficam concentradas nas mãos das mulheres.

Apesar das mudanças, adaptações e inovações, ocorridas ao longo dos anos, os indígenas ainda atribuem à atividade cerâmica uma posição privilegiada nas suas respectivas culturas, sendo considerada, em alguns casos, como um definidor de identidade para si mesmo e frente a outras etnias indígenas ou aos não indígenas. Isso significa que o acesso que muitos indígenas hoje possuem a objetos feitos de ferro, alumínio, porcelana, vidro, não o fizeram abandonar suas técnicas e utensílios tradicionais, que continuam fortemente presentes no cotidiano das aldeias (VIDAL, 2018).

2.2.3. Trançado

Vidal (1998) defende os objetos tecidos com materiais vegetais como uma das mais antigas tecnologias da humanidade, que teria surgido antes mesmo da cerâmica e conseguido

se fazer presente da antiguidade ao mundo contemporâneo. Tais objetos distinguem-se dos demais por sua flexibilidade, funcionalidade e também pela facilidade de renovação. Os objetos trançados possuem ampla distribuição geográfica e se apresentam segundo uma apreciável variedade de técnicas de confecção, de elementos decorativos, de formas, que conectam cada objeto a uma função específica ou a vários usos.

No Brasil, os povos indígenas fazem uso de materiais de origem vegetal – madeiras, cipós, enviras, palhas, fibras, resinas, óleos, sementes, caniços – para edificarem suas moradias e na produção de artefatos de uso cotidiano e ritual (RIBEIRO, 1983). Os que habitam a região norte-amazônica empregam diferentes matérias-primas na confecção de trançados: folhas abertas, folíolos e pecíolos das folhas novas de diferentes espécies de palmeira como açai, bacaba, miriti, inajá, as tiras de diversos tipos de cipós, como o cipó titica, e os talos de arumã, uma planta silvestre encontrada em terrenos úmidos da terra firme e que, ao ser colhida, volta a brotar (figura 4).

Figura 4 – Cestos Baniwa



Fonte: Livro Xikrin: Uma Coleção Etnográfica, 2011.

2.3. Divisão social do trabalho artesanal

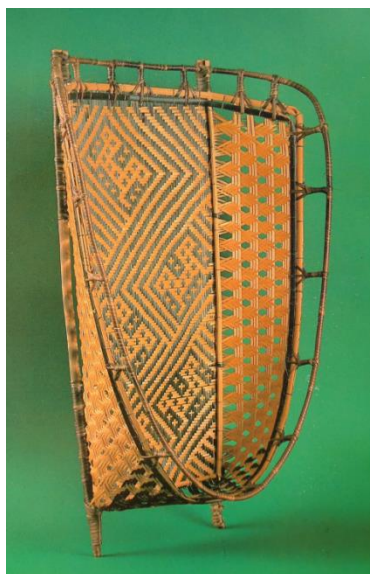
A produção de artesanato é uma atividade que nos permite conhecer muitos aspectos da comunidade indígena, inclusive, da organização e funcionamento da sociedade. No caso da organização do trabalho, Frota (1981, p. 26) assinala que, nesta produção, “há uma divisão sexual do trabalho, que pode apresentar algumas variações em cada tribo”. Ou seja, ao longo dos anos, certas atividades foram sendo associadas à figura feminina e outras à figura masculina.

No caso dos Xikrin paraenses, estudados por Silva (2011), a mulher costuma ser responsável pela pintura corporal, enquanto o homem realiza os cestos, confecciona armas e ornamentos. Do mesmo modo, entre os Wayana, que se encontram distribuídos entre o Amapá, Pará, Guiana Francesa e Suriname, a produção de cestaria é uma atividade exclusiva do homem, o que também se repete entre os indígenas Mundurucu, que vivem no sudoeste do Pará. Ou seja, homens e mulheres desempenham atividades diferentes na produção do artesanato, o que os torna forças complementares. Outro caso interessante é apresentado por Velthem (2007):

Para os Yanomami de Roraima e do Amazonas, assim como para os povos Maku deste mesmo estado, o entretecimento e a decoração de diferentes tipos de cestos caracterizam o mundo feminino. Essa diferenciação informa acerca do estabelecimento de uma rígida divisão sexual dos papéis e das atividades de subsistência que se exprime também nas técnicas de manufatura dos povos indígenas. Entretanto, é preciso considerar que na confecção de muitos dos artefatos é necessária a cooperação mútua entre homens e mulheres, a partir do fornecimento de matérias-primas processadas e de implementos para a excelência do resultado final. (VELTHEM, 2007, p. 125).

A divisão no desenvolvimento da produção do artesanato, como bem assinalaram Ribeiro (1983) e Vidal (1992), reproduz as próprias distinções existentes em outros domínios da vida tribal e que deixam bem claras as atribuições do mundo feminino e as do mundo masculino. Algumas atividades, como a caça, costumam ser realizadas pelos homens, que, desde cedo, são preparados para serem bons caçadores. Já a preparação da comida costuma ser reservada às mulheres, que também se ocupam do plantio e colheita dos produtos.

É claro que existem casos em que a produção de determinado artesanato se dá pela colaboração entre homens e mulheres, mas, mesmo assim, cada um fica responsável por uma tarefa. Por exemplo, os indígenas Wayana, que habitam o noroeste do estado brasileiro do Pará, na região de fronteira entre o Brasil, o Suriname e a Guiana Francesa, costumam produzir *jamanxim* (Figura 1), uma espécie de cesto que é carregado nas costas (como mochila), muito usado para o transporte de raízes e frutas. De acordo com Velthem (1995), o homem é responsável pela produção da peça, pelo trançado, enquanto a mulher faz a corda que é trançada de um lado a outro da peça, tal como se amarra um cadarço de sapato. Assim, o material colocado no cesto pode ser transportado com segurança. Nesse caso, os trabalhos tidos como masculinos e femininos são complementares, pois homens e mulheres colaboram para a criação desse tipo de peça.

Figura 1 - Cesto *Jamanxim*

Fonte: Livro *Xikrin: Uma Coleção Etnográfica* (2011).

Um aspecto importante da produção do artesanato, continuamente destacado nos estudos de Costa (1976) e Ribeiro (1983), é que os conhecimentos sobre como fazer determinada peça, sobre sua matéria prima, seu manuseio, formas, cores e temas, ou seja, tudo o que sustenta sua criação pertencem à comunidade como um todo, não sendo, de modo algum, um saber de propriedade de uns poucos. Tudo o que um homem sabe fazer o outro sabe. Isso significa que aqueles que fazem artesanatos não possuem um lugar especial e diferenciado na sociedade, tão pouco, usam seu conhecimento como forma de dominação e exploração dos outros.

No caso das mulheres Xikrin, que são responsáveis pela pintura corporal, estas são introduzidas no universo da pintura ainda na infância, período em que comecem a aprender a produzir as tintas, as formas tradicionais, os significados e propósitos de cada desenho e cor. Isso acontece com todas as mulheres, que transformam a pintura num verdadeiro e exclusivo hábito. Logo, todas as mulheres Xikrin pintam. A qualidade da pintura é considerada um atributo inerente à natureza feminina. Vidal (1992) acrescenta que, pelo fato das mulheres Xikrin pintarem com certa regularidade e usando quase sempre a mesma mão (a mão direita), estas sempre são vistas com uma mão tingida de preto (resultante da tinta do jenipapo, a matéria mais usada) e outra limpa (chamada de “a mão que segura” a parte do corpo ou o objeto a ser pintado). É, portanto, esse aspecto da aparência das mulheres que denuncia sua condição de pintora.

2.4. Artesanato indígena como produto comercial

Jesus (2017) escreve que a produção artesanal permitiu suprir demandas humanas por artefatos e ferramentas que auxiliassem as populações nos afazeres cotidianos, de modo que foram aprimoradas técnicas para a produção de cerâmicas para armazenar alimentos e líquidos, a tecelagem para a elaboração de peças de vestuário e o entalhe para a criação de móveis e ornamentos e assim por diante. “Além da funcionalidade dos objetos produzidos, cabe destacar como aspectos fundamentais do artesanato a disponibilidade de recursos naturais que permitam a sua produção e a preservação do imaginário coletivo e individual que oferecem traços únicos à produção” (JESUS, 2017, p. 351). O artesanato, portanto, tem valores históricos e culturais incontestáveis, que permitem fixar suas diversas manifestações entre aquelas realizações mais importantes que marcaram o desenvolvimento histórico dessas sociedades indígenas em terras brasileiras.

O artesanato é uma das mais ricas formas de expressão da cultura e do poder criativo de um povo, faz parte da representação da história de uma comunidade e reafirmação de sua autoestima. Nos últimos tempos, tem se agregado a esse caráter cultural o viés econômico, com impacto crescente na inclusão social, geração de trabalho e renda e potencialização de vocações regionais. (BRASIL, 2012, p. 7)

Mas esses não são os únicos valores hoje agregados aos produtos resultantes da mão de obra, da inventividade e criatividade indígenas. Deve-se considerar também o valor comercial de tais produtos, que, quase sempre, está atrelado a outro valor: o artístico. Este valor, aliás, que permite tratar os artefatos indígenas como realizações artísticas, não será debatido neste estudo, visto que a discussão é ampla e tem sido muito bem conduzida pelos estudiosos de arte, como Aristóteles Barcelos Neto (2008) e Fabíola Andréa Silva (2011). O que interessa aqui é examinar o viés econômico da produção artesanal, que costuma tornar, por exemplo, um cocar, uma panela de barro, uma rede de fibra ou um tipiti em produtos mercadológicos. Em alguns casos, esses produtos artesanais possuem uma importância maior em relação àquela atribuída aos produtos oriundos da agricultura tradicional, como a farinha, e do extrativismo, no caso, produtos florestais não madeireiros, como a castanha e a borracha, entre outros.

Um esclarecimento a ser feito, já neste momento, diz respeito ao termo “artesanato”, já empregado tantas vezes neste documento e que aparece com grande regularidade em abordagens sobre os indígenas brasileiros, independente da área de conhecimento à qual estas

abordagens se encontram vinculadas. No meio indígena, o termo não é aplicado a toda e qualquer produção de artefatos e sim a uma produção destinada à venda. Como pontua Mauro (2016):

Dentro do amplo repertório de coisas que compõem a cultura material de um povo nem tudo é artesanato, como categoria de mercadoria, e nem todo artesanato o é o tempo todo. Há uma escolha do que é ou não é vendido, que passa por considerações simbólicas, históricas e mercadológicas, além de compor estratégias contextuais. Assim, algumas coisas do repertório indígena são eleitas como artesanato, enquanto outras podem entrar e sair desse estado. Em suma, o “artesanato indígena” de que estamos falando remete a uma produção da cultura material que evoca elementos particulares de um determinado grupo, como materiais ou técnicas, é por ele acionado como autêntico e próprio. (MAURO, 2016, p. 97)

Autores como Ribeiro (1983), Barbosa (1999) e Assis (2006) concordam quanto ao surgimento dessa forma de tratar determinados artefatos dos indígenas brasileiros, ou seja, como produtos gerados para a comercialização. Para estes autores, essa nova concepção surgiu na década de 1970, sendo estimulada chefes de postos da FUNAI do período foram os responsáveis diretos pela inserção da atividade e comercialização dos produtos em cidades mais próximas. Esses chefes estimularam a produção artesanal entre os indígenas não apenas apresentando os itens a outros grupos, com finalidade de vendê-los, mas também sugerindo o ensino de elaboração do artesanato até mesmo o fornecimento de materiais. Isso aconteceu precisamente na Bahia, junto à etnia Pataxó. Barbosa (1999) destaca que esse caso se tornou regra em todo país. O incentivo à produção era orientado por uma didática do tipo de artefato que deveria ser produzido por cada povo.

Com a intervenção da FUNAI, os produtos indígenas começaram a ser vendidos em aeroportos, shoppings e outros espaços estratégicos. Esta política pretendia oferecer a manutenção econômica dos produtores indígenas, valorizando determinados produtos que representam uma parte da produção de artefatos comercializáveis. Rapidamente, o artesanato se tornou uma fonte de renda para as populações indígenas, que, como será visto, costumam vendê-lo para os turistas que visitam a comunidade, tanto brasileiros como estrangeiros, ou nos centros urbanos em pontos comerciais temporários e permanentes. Esses novos bens, novos em sua finalidade, são produzidos ao lado daqueles itens voltados para uso apenas cultural de cada povo, os quais não são comercializáveis. Filho *et al* (2016, p. 6), por exemplo, assinala que, entre os Sateré-Mawé, a luva usada no ritual da tucandeira não costuma ser comercializada, pois é um elemento de grande valor simbólico para esta etnia. Mas independente se as peças são para o consumo externo ou para a venda para pessoas de fora da aldeia, a produção continua sendo uma excelente oportunidade para o exercício dos

saberes tradicionais de cada comunidade produtora, assim como para a articulação entre aprendizado e criatividade.

Hoje, muitas famílias das aldeias dedicam parte de seu tempo a produzir artesanato especificamente para este fim, o comércio externo, que há bastante tempo tem demonstrado um interesse pelos produtos indígenas. Prova disso é a presença, em praticamente todas as aldeias, de pequenas feiras improvisadas ou espaços de exposição permanente de objetos artesanais, visando a venda para turistas. Ou seja, se estes “postos” de venda existem é porque a produção artesanal indígena já não se destina apenas à vida tribal, mas a outras pessoas que pagam para possuir seus bens. Isso confirma a transformação do artesanato indígena em produto comercial.

A comercialização do artesanato indígena aconteceu a passos lentos e, hoje, é uma realidade irreversível, alimentada pelos próprios indígenas que, como já foi dito, são dependentes dos rendimentos econômicos gerados pela venda de seus produtos. Nesse sentido, não apenas as pessoas de fora das aldeias contribuíram para a mercantilização do artesanato indígena, mas os próprios indígenas foram, aos poucos, cedendo a este interesse externo, tornando-se fornecedores, distribuidores e vendedores. No contexto da presente discussão, Velthem (2000) oferece o seguinte comentário:

A confecção de trançados representa uma atividade contínua no calendário indígena, inclusive porque constitui importante fonte de renda para muitos povos indígenas, entre os quais os Baniwa, Kaiabi, Wayana, Aparai, e os Waiãpi que habitam o estado do Amapá, os quais executam e transacionam cestos no comércio regional e através das associações indígenas. (VELTHEM, 2000, p. 126)

A citação acima coloca em destaque a questão do tempo. A produção do artesanato e a dos artefatos para consumo da aldeia se desenvolvem em tempos diferentes. Ou seja, enquanto o primeiro parece incorporar um ritmo quase que industrial e um caráter serializado, uma vez que visa responder a demanda crescente de solicitações externas, as demais peças são executadas de acordo com a necessidade de uso da aldeia. Nesse último caso, segundo Vilácio (*apud* MAURO, 2016), as peças artesanais são produzidas em um tempo entre outras tarefas prioritárias. “Esse tempo é, por exemplo, durante uma viagem de barco, na passagem de horas na rede, ou no período menstrual, quando as mulheres não vão para seus roçados e devem permanecer reclusas” (VILÁCIO *apud* MAURO, 2016). Como se vê, a venda dos artesanatos acabou imprimindo no trabalho indígena um ritmo antes não praticado, assim como uma nova percepção de tempo, que se baseia, muitas vezes, no prazo de entrega das peças para o fornecedor. Essa mudança é necessária, quase sempre, para a própria permanência dos

artesãos indígenas no mercado de bens comerciais, que sempre exige um grande volume de itens e uma produção em um prazo muito curto.

3 METODOLOGIA

Em termos de metodologia, a pesquisa foi conduzida pelo Método Dedutivo, que parte de “princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica” (GIL, 2008, p. 9). A escolha desse método se deve à perspectiva aqui adotada de que a relação dos indígenas Sateré-Mawé com a economia mercantil, nos limites da cidade de Parintins, ocorre pelos mesmos motivos e em condições similares às aquelas associadas a outros grupos indígenas em outros contextos, ou seja, a necessidade de obtenção de recursos financeiros faz com que os indígenas vendam seus produtos e se submetam a um sistema de produção que se diferencia daquele voltado para a produção de peças para o seu próprio consumo.

O primeiro passo da pesquisa foi o levantamento bibliográfico. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante a análise e leitura de materiais já produzidos, como livros e artigos, o que permite ao investigador uma cobertura ampla do que está sendo estudado. Desse modo, foram priorizadas a leitura e a análise de livros e artigos científicos, como trabalhos de conclusão de curso e dissertações, encontradas na biblioteca da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), que, de alguma maneira, tratavam da questão da comercialização dos artefatos indígenas. Também foi realizada a busca em trabalhos acadêmicos originados de congressos e seminários e que se encontram disponibilizados na internet. Para diminuir o tempo de busca e priorizar trabalhos específicos, optou-se pelos seguintes assuntos: comércio indígena, artesanato indígena e indígenas Sateré-Mawé.

O presente estudo também envolveu pesquisas de campo, que se concentraram naqueles ambientes em que são vendidos os artefatos dos indígenas Sateré-Mawé, como lojas, mercados, feiras e, principalmente, na loja de artesanato anexada à Casa de Transição Indígena, popularmente conhecida como Casa do Índio, que pertence à Diocese do município de Parintins e foi cedida para que os indígenas pudessem se hospedar temporariamente (SILVA e BARROSO, 2020). Em outras palavras, é um abrigo temporário. Ali, como parte dos ambientes da Casa, existe uma loja anexada ao terreno, com acesso à rua, e que se destina à exibição e venda das peças, além de servir como espaço de produção das mesmas e de armazenamento de matéria-prima e instrumentos de trabalho.

Durante as pesquisas de campo, investiu-se na realização de registros fotográficos, sobretudo, dos artefatos sendo expostos com finalidade de comercialização, e também conversas informais e visitas in loco com comerciantes não indígenas que revendem peças

indígenas e indígenas que produzem e, às vezes, vendem estes artefatos. Todos esses dados complementaram o conhecimento que havia sido acumulado por meio da observação.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1.1. Os Sateré-Mawé na cidade de Parintins

De acordo com Sena e Teixeira (2006), os Sateré-Mawé constituem uma população que sempre esteve em trânsito. Ocupavam um local, fundavam aldeias, mas nunca deixaram de buscar novos territórios que pudessem ser ocupados, o que acabou permitindo que se distribuíssem pela região amazônica e expandissem os limites geográficos de sua existência. Esse trânsito constante levou os Sateré-Mawé a ocupar também as áreas urbanas e de maneira permanente, onde construíram aldeias e passaram a viver por gerações. Esses indígenas não perdem o contato completamente com as áreas indígenas, porém, a adaptação a outra cultura bastante diversa provoca grandes mudanças culturais e sociais, como, por exemplo, a perda do idioma Sateré-Mawé, dos rituais e da sua forma de vida comunitária.

Entre os centros urbanos que passaram a atrair e concentrar indígenas Sateré-Mawé, se encontra a cidade de Parintins, a 375 km de distância da capital do Amazonas, Manaus. Parintins faz fronteira com o Estado do Pará e serve de polo base para cidades circunvizinhas, por ter uma geografia privilegiada no Baixo Amazonas. “É conhecida internacionalmente como “ilha encantada” ou “ilha da fantasia” por realizar o Festival Folclórico que envolve a disputa dos bois Caprichoso e Garantido” (SILVA e BARROSO, 2013, p. 2).

Durante um bom tempo, a presença destes indivíduos foi transitória. Porém, com a criação da Casa de Trânsito Indígena (figura 5), os Sateré-Mawé, que, por alguma razão, precisavam se deslocar para Parintins, acabaram ganhando um espaço para habitação temporária. Esta unidade de apoio aos indígenas – não apenas aos Sateré-Mawé – pertence oficialmente à Diocese do município de Parintins, mas foi cedida aos indígenas para que estes pudessem se hospedar temporariamente.

Figura 5 – Casa de Transição Indígena



Fonte: Imagem de Marney Oliveira (2023).

Enquanto muitos Sateré-Mawé se fazem presentes na Casa de Trânsito Indígena apenas enquanto resolvem alguma questão, por exemplo, o recolhimento de aposentadorias, de benefícios sociais, questões judicial ou tratamento de saúde, outros indivíduos e também famílias inteiras fixaram residência na unidade, assumindo-a como um porto seguro para o início de uma nova vida na área urbana, um fenômeno muito próximo ao que já acontecia, por exemplo, em Manaus onde a presença dos Sateré-Mawé é permanente, permitindo-lhe incorporar totalmente os hábitos da vida urbana e, assim, integrar-se a ela.

No âmbito de Parintins, os Sateré-Mawé enfrentam diariamente uma realidade bem diferente do contexto vivenciado nas comunidades indígenas, que os coloca diante, por exemplo, de situações precárias de trabalho, renda, moradia, saúde e educação. São diferenças que não possuem apenas raízes culturais, mas também sociais e econômicas, que são percebidas quando o indígena Sateré-Mawé visita Parintins e são vivenciadas quando esta precisa fixar residência na cidade, o que ocorre quase sempre motivada pela busca por melhores condições de acesso, seja no que se refere à educação, saúde, moradia, dentre outros.

Teixeira (2005) ressalta que a vivência em áreas urbanas nem sempre proporciona melhores condições de acesso dos indígenas aos serviços ou políticas públicas existentes. Na maioria das vezes, a insuficiência destes traz opressões etnocêntricas, precarização do trabalho, entre outras refrações da questão social presentes no cotidiano urbano, os quais comprometem as condições de vida da população (TEIXEIRA, 2005). Independente disso, muitos indígenas Sateré-Mawé continuam adotando Parintins como campo propício para

recomeçar a vida e desconsiderando todas as dificuldades que a vida urbana oferece.

4.2. Economia Sateré-Mawé

Dos produtos comercializáveis da economia Sateré-Mawé, o guaraná é o que obtém o maior preço de mercado. O fruto da planta é usado para fazer o çapó – guaraná em bastão, ralado na água –, uma bebida cotidiana, ritual e religiosa, consumida em grandes quantidades. Aliás, os Sateré-Mawé são considerados os inventores da cultura do guaraná, já que foram eles os primeiros a criar o processo de beneficiamento desta planta, tornando, assim, apropriada para consumo (TEIXEIRA, 2005). É preciso destacar desde já que, hoje, também exercem influência os rendimentos provenientes das aposentadorias ou de auxílios de programas sociais garantidas por órgãos governamentais especialmente a indígenas que vivem nas cidades, como Barreirinha, Parintins, Maués, Nova Olinda do Norte e Manaus.

No plantio do guaraná, os indígenas preparam o terreno, escolhem as sementes e protegem os brotos da luz solar e das pragas. O xamã participa das cerimônias de plantio, pois os Sateré-Mawé acreditam que isso beneficiará a colheita. Lorenz (1992, p. 18) afirma que “a importância do guaraná na organização social e econômica foi fator preponderante para o desenvolvimento da vocação dos Sateré-Mawé para o comércio”.

Mas a fonte de renda que se deseja destacar aqui é aquela proporcionada pela comercialização de artesanato. De um modo geral, o artesanato vendido pelos indígenas Sateré-Mawé, compõe-se basicamente de reproduções daqueles objetos de uso cotidiano, destinados ao cumprimento de atividades domésticas, como é o caso das peneiras e do *tipiti* (Figura 6), ou simplesmente ao embelezamento do corpo, como colares, pulseiras, brincos e anéis (Figura 7). Esse artesanato costuma ser feito de sementes, particularmente colares, pulseiras, enfeites de cabelo e anéis, que, apresentando também elementos presentes nos artefatos de uso pessoal, não são, no entanto, os mesmos.

Figura 6 – Peneiras e *tipitis* vendidos como artesanato em feiras



Fonte: Imagem de Marney Oliveira (2023).

Figura 6 – Colares, pulseiras, brincos e anéis vendidos em mercados e lojas de artesanatos.



Fonte: Imagem de Marney Oliveira (2023).

Em Parintins, a comercialização dos artefatos costuma ocorrer acompanhada da comercialização de sementes e outras matérias primas a outros artesãos indígenas e não-indígenas que atuam na cidade, os quais costumam vender seus produtos em lojas especializadas e, muitas vezes, particulares.

A produção em Parintins não apresenta um caráter sistemático e regular, pois obedece ao ritmo de produção interno do grupo. Por mais que haja uma procura maior pelos produtos, a confecção deles ainda é relativamente lenta, exigindo sempre cuidado e paciência. Isso significa que, quando um determinado produto falta, os artesãos Sateré-Mawé não se

sentem obrigados a imediatamente suprir aquela ausência. Os produtos vão sendo feitos aos poucos e colocados para exposição e venda. E vão sendo substituídos à medida que a produção interna permite.

Em geral, são as mulheres que produzem o artesanato, não todas as mulheres, mas, sobretudo, as anciãs, que detém os conhecimentos e experiência necessárias para a produção de peças de qualidade. Os homens também participam da produção, especialmente na produção de esculturas talhadas no molongó¹, uma espécie de madeira leve e de fácil manipulação. Estes artesãos usam instrumentos de trabalho que costumam ser adaptados por eles mesmos, como agulhas presas a um cabo de madeira para furar as sementes. Raros são os recursos industriais, como a furadeira utilizada para acelerar o processo de perfuração das sementes e a faca para entalhar as esculturas em madeira. Pelo fato de residirem em Parintins, estas artesãs costumam encomendar as matérias-primas de parentes que moram nas áreas indígenas, principalmente as sementes para a produção de colares e pulseiras.

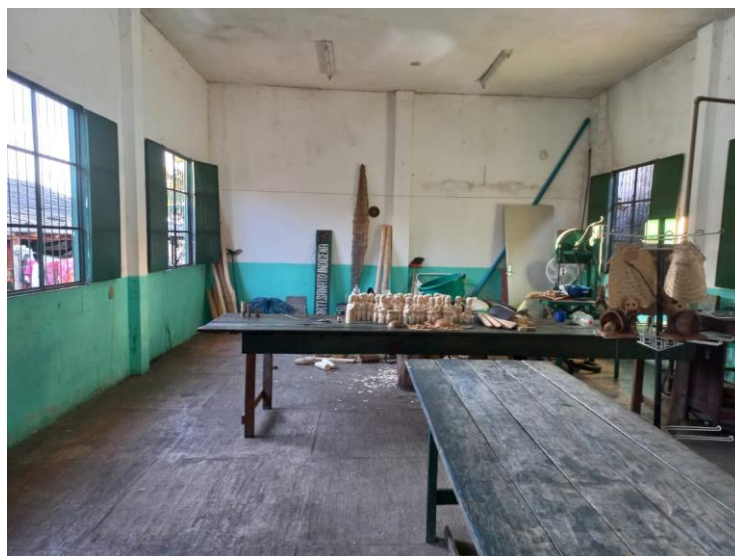
4.2.1. Dinâmica da comercialização do artesanato Sateré-Mawé em Parintins

O circuito de comercialização do artesanato Sateré-Mawé em Parintins é facilmente identificado, já que a rede comercial local é um tanto restrita e conhecida. Depois de pronto, o artesanato produzido na cidade e também nas aldeias circula por diferentes espaços, que se alternam entre pontos fixos de exposição e venda e outros temporários e são determinados pelos contatos, possibilidades e estratégias desenvolvidas por cada grupo.

O principal ponto está localizado na Casa de Trânsito Indígena, num imóvel que dá acesso à rua, também chamada de Casa de Artesanato Indígena (figura 8). O local se encontra um pouco afastado do centro da cidade, mesmo assim é constantemente visitado por curiosos, compradores locais, turistas estrangeiros, acadêmicos e professores universitários que comercializam produtos e/ou buscam informações sobre a rotina da Casa e de seus moradores e transeuntes. Ali, alguns artesãos permanecem produzindo e vendendo os produtos, o que faz com que o espaço assumia ao mesmo tempo os papéis de atelier e loja.

¹ Nos dicionários, a palavra “molongó” define “indivíduo preguiçoso, moleirão”. Na natureza, molongó é o nome de uma árvore amazônica. Com tronco fino, alto e leve, a planta é encontrada em florestas alagadas da região amazônica e tem a madeira utilizada em artesanato (G1, 2018).

Figura 8 – Interior da Casa de Artesanato Indígena



Fonte: Fotografia de Marney Oliveira (2023).

Além dos itens de embelezamento do corpo, já citados, a Casa de Artesanato Indígena vende figuras antropomórficas (com formas humanas), animais e utensílios talhados em madeira de molongó, uma madeira leve e facilmente manipulável. Estes itens ficam expostos no próprio espaço, onde sempre estão alguns artesãos para realizar a negociação.

Embora os moradores tenham algum interesse nos produtos Sateré-Mawé, as principais vendas ocorrem para pessoas que visitam a cidade de Parintins, sobretudo, estrangeiros, que costumam atribuir um valor diferente aos artefatos.

Uma das ocasiões em que a venda dos artesanatos é mais intensa é durante o período que antecede o Festival Folclórico de Parintins, que ocorre no último final de semana do mês de junho e ficou mundialmente conhecido graças às disputas entre os bois rivais Caprichoso, o boi da estrela na testa e das cores azul e branco, e o Garantido, que exhibe na testa um coração e é identificado pelas cores vermelho e branco. A festa, todos os anos, atrai um número expressivo de turistas, vindos de diferentes lugares do país e do exterior e que, quase sempre, trazem consigo o interesse pelo diferente, pelo exótico, o que favorece não apenas o consumo da festa, mas de tudo o que está ligado a ela ou ao contexto no qual ela se insere, como a culinária local, a arquitetura, os meios de transporte, a linguagem e o artesanato, que, nesse caso, são adquiridos como lembranças da viagem a Parintins.

É justamente a busca pelo exótico que dá impulso à venda do artesanato Sateré-Mawé, intensificando a procura nos postos fixos de venda e também ajudando a reativar outros temporários. Por exemplo, na época da festa, algumas famílias Sateré-Mawé vendem seus produtos em uma espécie de tenda localizada na praça em frente ao Bumbódromo. Cada

família toma para si uma fração dessa tenda para expor seus produtos, cujos preços costumam variar entre cinco e quarenta reais e o faturamento ajuda nas despesas de cada família. Segundo Anselmo Filho *et al* (2016):

Na cidade de Parintins, durante o Festival Folclórico de Parintins, dos Bois-Bumbás Garantido e Caprichoso, os indígenas artesãos autorizados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pela Prefeitura Municipal de Parintins, se localizam estrategicamente na área central da Praça Eduardo Ribeiro para a venda de seus artesanatos. (ANSELMO FILHO *et al*, 2016, p. 8).

A autorização dos órgãos competentes para que os Sateré-Mawé possam desenvolver suas atividades de comercialização artesanal durante o Festival Folclórico parece ser a única contribuição do Poder Público, já que os indivíduos que se ocupam destas atividades são responsáveis por todas as despesas, como transporte dos artesanatos, mesas, cadeiras, lonas para proteção chuva/sol, gastos com alimentação, água. Nesse caso, os lucros tornam-se ainda menores, visto que parte do que se ganha com as vendas precisa ser investido na criação de condições mínimas de trabalho fora da Casa de Trânsito Indígena, evitando, assim, a precarização dos serviços.

Um ponto conhecido de comércio temporário dos produtos Sateré-Mawé é a Praça Eduardo Ribeiro, conhecida como Praça da Prefeitura (figura 9), centro da cidade. Ali, durante a ocorrência da festa, os produtos costumam ficar pendurados em fios, visando capturar a atenção e o gosto dos transeuntes e, ao mesmo tempo, se destacar entre a infinidade de produtos que são oferecidos pelos ambulantes e camelôs que ocupam as ruas da cidade nesse período. “Além de configurar uma prática econômica de comércio, a venda do artesanato na Praça Eduardo Ribeiro representa também um momento de socialização com os parentes expositores de seus produtos naquele espaço” (ANSELMO FILHO *et al*, 2016, p. 13). É importante ressaltar que, desde novembro de 2022, a praça está isolada e vem passando por obras de revitalização do prédio da antiga prefeitura que, segundo o projeto, se transformará no Museu de Parintins, bem como se projeta a construção de boxes para artesãos, restaurante, lanchonetes e estacionamentos para mototaxistas e taxistas com o intuito de fortalecer a cultura, a economia e a socialização entre as pessoas (PARINTINS, 2022).

Figura 9 – Artesanato indígena sendo vendido na Praça Eduardo Ribeiro, antes da reforma



Foto: Marivaldo Bentes (2007).

É preciso dizer que, na ocasião do Festival Folclórico, muitas artesãs Sateré-Mawé, que residem longe da área urbana, costumam se deslocar para Parintins para vender seus produtos ou simplesmente enviam parte de sua produção por barco para que parentes, que se encontram na cidade, possam se ocupar da venda. Nesse último caso, os indígenas seriam intermediários da comercialização.

A visibilidade que o Festival Folclórico proporciona ao artesanato indígena, assim como o impulso à sua venda, mostra que o circuito de venda do artesanato Sateré-Mawé, por vezes, precisa se articular com outros circuitos maiores para que sua dinâmica não seja prejudicada. Por si só, o circuito de venda dos artefatos Sateré-Mawé consegue ter êxito e trazer algum rendimento econômico para seus produtores, mas, quando esta venda ocorre junto a outros eventos mais complexos, que reúne um público grande e diversificado, além da mídia, como é o caso da festa de Caprichoso e Garantido, o resultado é mais satisfatório porque a venda é rápida e permite a cobrança de valores acima daqueles praticados no cotidiano.

Isso ocorreu em 2022 com a instalação da Feira Itinerante de Artesanato Indígena do Amazonas na Praça da Catedral de Nossa Senhora do Carmo no período do Festival Folclórico (figura 10). A feira foi realizada pelo Governo do Estado, através da Fundação Estadual do Índio (FEI), Associação Cultural dos Artesãos Indígenas de Parintins (Aindi) e Associação Indígena Sateré-Mawé do Rio Andirá (Aisma), com o objetivo de gerar renda e dar visibilidade ao trabalho dos artesãos indígenas, minimizando os impactos da pandemia de Covid-19. Na tenda com vários estandes, ficavam expostos brincos, colares, peças de vestuário e objetos de decoração confeccionados por mais de 60 artesãos indígenas de

diversas etnias (INFORME MANAUS, 2023), entre elas, a etnia aqui estudada.

Figura 10 – Feira de Artesanato Indígena do Amazonas em Parintins



Foto: Bruno Zanardo (2022).

Outro momento importante para o comércio do artesanato indígena ocorre quando há o desembarque de turistas estrangeiros, que ocorrem de novembro a maio, na temporada dos transatlânticos que visitam as regiões ribeirinhas do Amazonas e possuem parada na cidade de Parintins. Essa modalidade de turismo voltou a ocorrer no final de 2022, após sua suspensão por dois anos em virtude da pandemia da Covid-19 (REPORTER PARINTINS, 2022). Nesse período, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, juntamente com as agremiações dos bumbás Garantido e Caprichoso, organiza passeios e apresentações folclóricas. Os turistas também costumam circular livremente, em geral, pelo centro da cidade. Os passeios programados não contemplam a Casa de Artesanato Indígena, porém, alguns turistas conseguem visitar e adquirir produtos no local durante os passeios livres pela cidade.

4.3. Gerenciamento da venda do artesanato pelos Sateré-Mawé

O fato dos indígenas Sateré-Mawé que residem em Parintins se encontrarem inseridos em uma dinâmica de vida bem diferente daquela encontrada em suas terras de origem exige que estes desenvolvam formas específicas de comercialização de seus produtos, assim como assumam a condição de empreendedores, a fim de que a venda de artesanato gere mais lucros do que prejuízos.

O acesso que os consumidores não indígenas possuem ao artesanato Sateré-Mawé

não é amplo e sim restrito e controlado, que perpassa um rígido processo de seleção do que deve e do que não deve ser vendido. Por exemplo, nas barracas de artesanato Sateré-Mawé não são vendidas luvas usadas no Ritual da Tucandeira, que é um artefato de uso cerimonial e, portanto, restrito e não comercializável.

Os Sateré-Mawé também não vendem produtos produzidos por outros grupos indígenas, tão pouco vendem o que eles chamam de “coisas de branco”, itens de baixo valor comercial feitos industrialmente ou pelas mãos de pessoas da cidade, encontradas, em geral, em camelôs. O que costuma ser colocado à venda é sempre objetos desenvolvidos ou voltados para o consumo não-indígena, e que justamente por isso recebe o nome de “artesanato”. Trata-se, segundo Mauro (2016, p. 98), de uma categoria de artigos vendáveis “que combina alguns traços, materiais e modos de fazer que os Sateré-Mawé identificam como próprios da etnia e expectativas que identificam no mercado de artesanato da cidade, onde inovações não são apenas bem vindas, mas incentivadas”. Isso significa que o interesse do mercado pelo artesanato Sateré-Mawé também é mantido por meio da inovação. Já não é mais suficiente que o artefato tenha procedência indígena, que carregue as marcas da cultura a que pertence. É preciso também realizar, sempre que possível, mudanças na aparência dos objetos para que se mantenham interessantes aos olhos do público consumidor.

Em sua investigação sobre os Sateré-Mawé que vivem na cidade Manaus, Mauro (2016, p. 98) descobriu que o processo criativo de elaboração dos artefatos voltados para o consumo externo também inclui a criação de modelos inspirados nas bijuterias e acessórios que aparecem nas estrelas de novelas; diferentes formas de tecer uma pulseira; a participação em cursos; a experimentação de novos materiais, como sementes coloridas artificialmente, que oferecem um tom mais alegre e diversificado às peças. Segundo o autor:

Entre os artigos comercializados em Manaus, encontram-se outros tipos de objetos, como a buzina (chamada *huhu*), tradicionalmente produzida com taboca, mas adaptada ao bambu na comunidade Sahu-Apé, figuras de animais talhados em madeira molongó, chaveiros de formigas tucandeira feitos com resina, amuletos de filtros-do-sonho e os chamados “xoró” de cabelo, além de colares, pulseiras, brincos e anéis. (MAURO, 2016, p. 106)

Com essas inovações, os Sateré-Mawé vão testando e ativando o gosto de diferentes consumidores e, assim, conseguindo se manter participativos da dinâmica de comercialização de objetos artesanais. Como se vê, os Sateré-Mawé que atuam em Parintins não apenas produzem seu artesanato como também estão à frente de um intenso processo de seleção e inovação, protagonizando as transformações de sua produção artesanal. Isso pode ser

entendido como uma estratégia própria e autônoma desses indígenas de gerenciar suas relações com os outros e com o mercado de modo geral.

Mas a venda de artesanato Sateré-Mawé, como demonstrado, também ocorre em espaços dos quais os indígenas não participam. Nesse caso, assume, muitas vezes, importância, o papel dos atravessadores, comerciantes não indígenas que costumam comprar o produto indígena para revenda, pagando um valor bem abaixo do valor final. No caso de Parintins, essa revenda é quase sempre feita nas feiras, no Mercado, nas lojas de souvenir e também no comércio ambulante, cujos vendedores costumam abordar os visitantes assim que chegam à cidade, no porto.

Quando o artesanato é vendido aos atravessadores, os artesãos Sateré-Mawé perdem o controle sobre seu destino e também sobre os preços que lhe serão atribuídos, que comumente fica bem distante daquele que foi usado na compra inicial. De acordo com as pesquisas de Mauro (2016) sobre os Sateré-Mawé que vivem e comercializam seus produtos em Manaus, a atividade dos atravessadores, embora, em alguma medida, benéfica para o grupo, nem sempre é vista de maneira positiva, sobretudo, se a revenda dos produtos indígenas ocorre no mesmo ambiente onde os Sateré-Mawé desenvolvem sua venda. “A presença de atravessadores na Praça Tenreiro Aranha, mostrado na figura 11, é muito criticada pelos artesãos, que consideram ter a Praça uma vocação indígena inicial, posteriormente tomada por esses comerciantes – com os quais é difícil competir” (MAURO, 2016, p. 106). Em Parintins, a concorrência entre vendedores Sateré-Mawé e atravessadores também é capaz de gerar atritos, visto que estes últimos possuem uma inserção bem mais incisiva e ampla na rede comercial da cidade, o que lhe permite ter mais êxito nas suas atividades de revenda dos produtos indígenas.

Figura 11 – Praça Tenreiro Aranha, antes da reforma



Foto: Marivaldo Bentes (2007).

A comercialização do artesanato Sateré-Mawé, pelo que se observa em Parintins, conta com a participação de diferentes agentes, ambientes de circulação, consumidores e negociações. Uma parte desse processo se mantém sob controle dos indígenas, a outra pelas pessoas que compram seus produtos para revenda, de maneira informal (vendedores ambulantes e camelôs) ou formal (lojas e mercados). No caso da venda feita pelos Sateré-Mawé, nota-se uma inserção relativa no circuito comercial local, que tem sua maior expressão nas vendas feitas na Casa de Artesanato Indígena, onde as famílias hoje residem. Os demais pontos de venda não são fixos e são oportunizados pelas festas que ocorrem em Parintins, o que impede que a comercialização fora da Casa de Artesanato Indígena ganhe regularidade e gere uma renda expressiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Parintins, como ocorre provavelmente em outras cidades do Amazonas, os indígenas Sateré-Mawé, especialmente aqueles que fixaram residência na Casa de Trânsito Indígena, encontram na comercialização do artesanato uma renda, que é somada àquela dos programas de transferência de renda do governo federal e de alguns empregos informais, que ajudam a driblar as baixas perspectivas de emprego. Não é uma renda alta, capaz de gerar grandes transformações na vida que estes grupos tentam implantar na área urbana, mas, certamente, é uma contribuição da qual estes não podem abrir mão, uma vez que ajuda na compra de roupas, eletrodomésticos, alimentos industrializados e utensílios domésticos.

Os indígenas que residem em Parintins enfrentam, em seu cotidiano, situações que caracterizam sua precária condição de vida, diferente do que acontece em suas regiões de origem onde pelo menos são identificadas quatro principais ocupações que beneficiam a vida coletiva nas terras indígenas: a agricultura, a produção familiar, as atividades domésticas e as estudantis. Mesmo havendo um conjunto de leis indigenistas voltadas para a proteção desses povos, ainda há situações de negação destas, sobretudo, no que se refere aos indígenas urbanos. Daí a importância de os Sateré-Mawé investirem na comercialização de uma parte de seus produtos artesanais.

A produção de artesanato é positiva porque, além de ser uma fonte de geração de renda, é um instrumento de afirmação de identidade, já que incorpora e dá materialidade a saberes, crenças e valores milenares que identificam a cultura Sateré-Mawé. No entanto, o que se verifica é que não há incentivos financeiros ou um programa social que permita que os moradores da Casa de Transição Indígena de Parintins aumentem suas vendas. É claro que existe um lugar reservado para a comercialização do artesanato Sateré-Mawé e também certa receptividade para estes produtos no comércio local, mas os ganhos poucas vezes são expressivos e regulares. Além disso, a falta de assistência, por exemplo, do Poder Público, faz com que tanto a produção do artesanato quanto a comercialização dos itens seja marcada pela informalidade, pelo amadorismo e improvisado.

Constatou-se que a comercialização de objetos Sateré-Mawé, tanto na Casa de Artesanato Indígena quanto nas feiras, durante as festividades locais, é uma atividade pouco estruturada do ponto de vista da economia mercantil, pois acontece amadoristicamente, com fortes indicativos de informalidade. E isso, somado a uma produção que obedece ao ritmo de vida da comunidade e não as pressões do mercado, contribui para que os lucros sejam instáveis e os Sateré-Mawé não consigam se inserir no circuito comercial de Parintins como

verdadeiros empreendedores, sendo mais vistos como produtores que participam pontualmente da rede comercial local, durante as festas, do que comerciantes efetivos. Essa constatação também faz referência aos eventos organizados pelo Poder Público nos quais o artesanato indígena é inserido para a comercialização. Nesses eventos, costuma ser ofertado apenas o local para a exposição das peças.

Mesmo com essa realidade, também foi possível constatar que os indígenas Sateré-Mawé não se fixam apenas no processo de seleção dos materiais e produção do artesanato, mas aparecem na própria condução das vendas das peças e já se articulam pela busca de espaços físicos, como é o caso da Casa de Artesanato Indígena, os itinerantes como é o caso da Feira de Artesanato Indígena, promovida pelo Governo do Estado do Amazonas, que demonstra a organização dos indígenas, não apenas os Sateré-Mawé, para assumir todo o processo comercial desse seguimento, o que também pode significar um caminho para a formalização do processo.

Deve-se dizer que novas projeções e perspectivas vêm se desenhando no cenário indígena brasileiro, em especial, por conta das novas políticas públicas voltadas a essa população. Sendo assim, pode-se esperar, do ponto de vista acadêmico, maior interesse pela temática, com desdobramentos para diferentes áreas e mais pesquisas no campo da Administração, e, quem sabe, com a intenção não apenas em descrever realidades comerciais, mas contribuindo para que melhorias no processo, sem que os indígenas percam o controle do artesanato legítimo do povo Sateré-Mawé.

REFERÊNCIAS

ANSELMO FILHO, Samuel; LIMA, Mayara Viana de; CASTRO, Mirian de Araújo Mafra; SILVA, Sandra Helena da. **A produção do artesanato tradicional da etnia Sateré-Mawé e a reprodução dos saberes indígenas em Parintins-AM.** V Congresso Internacional de História, 2016.

ASSIS, Valéria Soares de. **Dádiva, mercadoria e pessoa:** as trocas na constituição do mundo social Mbyá-Guarani. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado, 2006.

BARBOSA, Wallace de Deus. **O artesanato indígena e os novos indígenas do Nordeste.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 28. 1999.

BRASIL. **Base conceitual do artesanato brasileiro.** República Federativa do Brasil. Programa do Artesanato Brasileiro. Brasília, 2012.

COSTA, Maria Fénelon. **Arte indígena e classificações primitivas.** Cultura. Rio de Janeiro. 1976.

CURADO, Jessica Fleury. **Estudo e caracterização física de cerâmicas indígenas brasileiras.** Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Física. Universidade de São Paulo. 2012.

DORTA, Sonia Ferraro. **A Plumária indígena Brasileira no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP / Sonia Ferraro Dorta & Maria Xavier Cury.** São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2000. (Uspiniana-Brasil 500 anos)

FIGOLI, Leonardo H. **Identidade étnica e regional:** trajeto constitutivo de uma identidade social. 1982. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Nacional de Brasília. 1982.

G1. Molongó é árvore amazônica com madeira leve utilizada em artesanato. **Globo.com.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/molongo-e-arvore-amazonica-com-madeira-leve-utilizada-em-artesanato.ghtml>>. Acessado em: 28 fev. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Indígenas: Sateré-Mawé. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias.html>> Acessado em: 28 fev. 2023.

INFORME MANAUS. **Em Parintins, Feira de Artesanato Indígena atrai turistas e gera renda para artesãos de diversas etnias.** 2022. Redação Informe Manaus. Disponível em <<https://informemanaus.com/2022/em-parintins-feira-de-artesanato-indigena-atrai-turistas-e-gera-renda-para-artesaos-de-diversas-etnias/>>. Acesso em 27 jan. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil: Sateré-Mawé. **ISA**, 2015 https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Sater%C3%A9_Maw%C3%A9. Acessado em: 02 mar. 2023.

JESUS, Diego Santos Vieira de. **Economia criativa e resistência**: o artesanato indígena no Estado do Rio de Janeiro. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 53, N. 2, p. 349-362, mai/ago 2017.

LORENZ, S. S. **Sateré-Mawé**: os filhos do guaraná. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992.

MAURO, Ana Luísa Sertã Almada. **Seguindo sementes**: circuitos e trajetos do artesanato sateré-mawé entre cidade e aldeia. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, 2016.

NICOLA, N.; DORTA, S.F. **Aroméri**: arte plumária do indígena brasileiro. S. Bernardo do Campo, SP: Mercedes- Benz do Brasil, 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS. **Prefeitura de Parintins inicia obra de revitalização da Praça Eduardo Ribeiro**. 2022. Disponível em: <<https://parintins.am.gov.br/?q=277-conteudo-104253-prefeitura-de-parintins-inicia-obra-de-revitalizacao-da-praca-eduardo-ribeiro>> Acesso em 27 jan. 2023.

REPORTER PARINTINS. **Parintins recebe primeiro navio da temporada de cruzeiros**. 29 nov. 2022. Disponível em: <https://reporterparintins.com.br/?q=276-conteudo-234397-parintins-recebe-primeiro-navio-da-temporada-de-cruzeiros> Acesso em 29 dez. 2022.

RIBEIRO, Berta G. **Arte indígena linguagem visual**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo. 1988.

RIBEIRO, Darcy. Arte Índia. ZANINI, Walter (org.). In: **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983.

ROCHA, Telma de Jesus. **Valorização do artesanato da comunidade indígena Kaingang Foxá – Lajeado/RS**: Um projeto construído por ações do design. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Design. Centro Universitário UNIVATES. 2016.

RODRIGUES, Renan Albuquerque; NETO, Aluizio da Silva Ribeiro; SILVA, Maria de Lurdes Ferreira da. Saberes indígenas e ressignificação no processo identitário dos Sateré-Mawé/AM. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 206-229, jul./dez. 2014.

ROMANO, José Oswaldo. **Índios proletários em Manaus**: o caso dos Sateré-Mawé citadinos. Brasília : Unb, 322 p. Dissertação de Mestrado, 1982.

TEIXEIRA, Pery; BRASIL, Marília. Estudo Demográfico dos Sateré-Mawé: um exemplo de censo participativo. In: PAGLIARO, Heloisa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora FIOCRUZ, 2005.

TEIXEIRA, Pery. **Sateré-Mawé**: Retrato de um povo indígena. Diagnóstico sócio participativo. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2005.

VAN VELTHEM, Lucia Hussak. **O belo é a fera**. A estética da produção e da predação entre os Wayana. Tese de doutorado. PPGAS (Antropologia), São Paulo: USP, 1995.

_____. **Trançados indígenas norte amazônicos**: fazer, adornar, usar. In: Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.117-146, dez. 2007.

VIDAL, Jean Jacques A. **Exposição mostra cultura material dos Paíter Suruí/RO e Asurini/Xingu/PA**. Unesp Ciência. Fevereiro, 2018.

VIDAL, Lux B. (org.). **Grafismo indígena**: estudos de antropologia estética. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESB, 1992.

SILVA, Maria de Lourdes Ferreira da Silva; BARROSO, Milena Fernandes. Indígenas Urbanos: um estudo sobre as condições de vida dos Sateré-Mawé residentes na Casa de Trânsito Indígena de Parintins (AM). **Somanlu**, ano 13, n. 2, jul./dez. 2013.

SILVA, Wagner Souza e. SILVA, Fabíola Andréa; GORDON, Cesar. **Xikrin**: Uma Coleção Etnográfica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.